



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 44

Sessão Ordinária de Setembro

2.ª Reunião de 01-10-2007

Ao dia um do mês de Outubro de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal Sérgio Filipe Pires Loureiro, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Joaquim Manuel Silva Marques, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, Silvestre Paiva da Silva, Fernando Tavares Marques, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Jorge Manuel do Nascimento, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Arsélio Almeida Martins e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Sesnando Alves dos Reis, António dos Santos Costa e Carlos Eduardo Maria Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Nuno Manuel Marques Pereira, Margarida Dias Ferreira, Marília Fernanda Correia Martins e António Rocha Dias de Andrade (chegou às 23:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa em exercício deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Presidente da Assembleia Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, e dos vogais Ana Carla Guerra de Miranda Macedo e António Manuel Carvalho Serra Granjeia, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Mário Manuel Borges Pereira Pinto e Jorge Manuel do Nascimento, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e António Mário da Fonseca Neto, se fizeram substituir nesta reunião, respectivamente, por Firmino Marques Ferreira e Silvestre Paiva da Silva.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida a Vogal Teresa Fidélis solicitou à Mesa a palavra:

Vogal Teresa Fidélis (PS): [03](#)

“Senhor Presidente em exercício, Senhor Presidente de Câmara em exercício, senhores deputados. Eu pedi a palavra para fazer uma muito breve intervenção sobre a minha colaboração nesta Assembleia. Como já é do conhecimento público fui recentemente nomeada para presidir à Comissão Instaladora da Região Hidrográfica do Centro, com sede em Coimbra. É uma honra, mas é um enorme e difícil desafio que vou enfrentar com todo o meu entusiasmo, dedicação e sentido de responsabilidade. Mas por associar que as minhas novas funções não são compatíveis com o desempenho com o papel de deputada da Assembleia Municipal, enviem hoje aos serviços o meu pedido de suspensão de mandato nos próximos meses.

Pela elevada consideração que tenho por esta Assembleia e pelos munícipes que me elegeram, entendi que vos deveria apresentar pessoalmente o motivo do meu afastamento pelo menos nos próximos três meses. Devo dizer-vos, que me causa alguma tristeza não vos poder acompanhar no regular funcionamento desta instituição, que ao longo de quase dez anos tanto me tem permitido aprender e enriquecer a forma de encarar os processos de debate político, tomada de decisão e desenvolvimento, em Aveiro. Não deixarei contudo de estar atenta a tudo o que diga respeito e emitir a minha opinião se entender oportuno. Aveiro não é a minha cidade de nascença, mas é e será sempre a minha cidade de vida e de coração.

Desejo a todos um bom e profícuo trabalho a bem de Aveiro, dos que cá vivem, trabalham e estimam a cidade. Muito obrigado.”

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa em Exercício [04](#)

Da Câmara Municipal

Vice-Presidente da Câmara: [05](#)

“O Senhor Presidente da Câmara chegou agora, mas eu não gostaria de deixar passar em claro um cumprimento, que eu julgo que é devido, da câmara municipal à Dr.ª Teresa Fidélis.

Ficamos satisfeitos com a sua nomeação para a Comissão Instaladora da Região Hidrográfica do Centro, naturalmente a câmara deseja-lhe as maiores felicidades no desempenho deste cargo, e dizer-lhes que já começamos a sentir algumas saudades das suas prestações, das prestações que fez nesta assembleia, tratando temas técnicos com grande cuidado e com grande interesse. Muitas felicidades Dr.ª Teresa Fidélis e obrigado por tudo o que nos dispensou e por todo o serviços que prestou. Muito obrigado.”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD): [06](#)

“Muito Senhor Presidente. Também para apresentar os nossos cumprimentos e manifestar o nosso regozijo pela nomeação da Prof. Doutora Teresa Fidélis, para o lugar que o Poder Central provém nomeá-la. Já à entrada tive oportunidade de a felicitar pessoalmente e agora quero alargar a toda a bancada do Partido Social-Democrata.

Finalmente, como já lhe disse, tudo nos regozija. Um primeiro aspecto é que finalmente o Poder Central começa a reconhecer que aqui em Aveiro há pessoas altamente capacitadas para solucionar problemas que todos vínhamos a reclamar e que necessitam de competências para os resolver. O segundo aspecto é de que V. Exa. estará sempre ao lado de Aveiro e com Aveiro, porque tem feito essa demonstração quer na carreira docente que tem feito na universidade, quer mesmo nas intervenções que tem feito em público a nível político. Felicitamo-la por isso e sentimo-nos também felizes e participamos com toda a bancada da sua nomeação. Desejamos-lhe muitas felicidades e que para além da ciência e do trabalho que irá desenvolver, irá marcar

também uma posição dos homens e mulheres de qualidade de Aveiro, no sentido dos problemas técnicos e científicos do país. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS): [07](#)

“Senhor Presidente, nós não pudemos deixar de nos associar a tudo o que aqui foi dito e que enaltece (e com justiça) o brilho aqui trazido a à sociedade aveirense, pela Senhora Prof. Doutora Teresa Fidélis. Não podíamos deixar de o fazer. É enorme o nosso reconhecimento pelas suas intervenções aqui, pautada sempre, a meu ver, e penso que na opinião de todos não deve deixar de ser reconhecido, a sua opinião isenta, rigorosa, e sempre com a intenção de o fazer a bem da cidade de Aveiro.

Felicitemo-la pelo ascenso à sua nova posição, seguramente o faz com merecimento. É o reconhecimento de uma valia técnica, de uma valia de dedicação às causas a que se tem dedicado, sobretudo às causas técnicas e científicas. E portanto, não fazemos mais do que jus ao prestar-lhe o nosso agradecimento profundo e desejar-lhe um futuro brilhante e um regresso também em bons auspícios a esta cidade porque precisa do seu trabalho. Muito obrigado.”

Vogal António Regala (PCP): [08](#)

“Muito brevemente para me congratular com a nomeação da Dr.ª Teresa Fidélis, em nome da bancada do PCP, e desejar-lhe como é óbvio as maiores felicidades nesta nova missão que vai desempenhar. E também dizer-lhe também que para além de ser motivo de felicitação é também uma honra para Aveiro tê-la no cargo que agora vai desempenhar. E que Aveiro está sempre aberta a recebê-la novamente quando assim o desejar. Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS): [09](#)

“Muito obrigado. Uma nota simples para concordar com o meu colega do PSD que falou antes, porque de facto este Poder Central começa a olhar por Aveiro. Algumas coisas houve recentemente que nos orgulharam e nos vão orgulhar no futuro e também a nomeação da Dr.ª Teresa Fidélis, a quem não felicito, mas gostaria de desejar felicidades.

Não felicito porque quem ocupa estes lugares com o sentido de dever público, o sentido de estado, só vai ter contrariedades, que não teria se mantivesse a sua posição. Mas sei que vai ser um lugar excitante, e que o vai desempenhar como tem desempenhado até agora, e desenvolver todas as suas capacidades para fazer alguma coisa pela nossa terra.

Mas, acabando como comecei, este Poder Central começa a olhar para a nossa terra e aguardemos que as próximas notícias que aí venham sejam tão como as que nos surpreenderam recentemente.”

Vogal Arsélio Martins (BE): [10](#)

“Não tenho muito jeito para estas coisas. A ideia que eu tenho é que as pessoas que vão fazer um trabalho como o que a Dr.ª Teresa Fidélis pode fazer, tem de ter um elevado espírito de serviço à causa pública. E eu espero, espero ardentemente (não tenho nada que pensar que vai ser ao contrário) que esse espírito de serviço tenha bons resultados. Ainda por cima num sector onde as instalações têm sido mal feitas ou nem tem chegado a ser feitas. Portanto eu estou esperançado que desta vez isto signifique alguma coisa e que possa daí vir bons frutos. Portanto eu estou também como o Dr. Raúl Martins, não posso felicitá-la, mas posso dizer que é preciso que o seu trabalho resulte e manifestar confiança de que vai resultar mesmo. Bom trabalho.”

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação dos assuntos abordados na Comunicação Escrita, seguindo-se a apreciação pelo plenário. [12](#)

Entretanto deram entrada na sala os vogais, António Ildebrando Nunes Costeira, Casimiro Simões Calafate e Luís Claro de Jesus.

De seguida usaram da palavra os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS) [14](#)

Vogal Florentino Marques (PSD) [15](#)

Vogal Arsélio Martins (BE) [16](#)

Vogal Carlos Candal (PS) [17](#)

Vogal Romana Fragateiro (PS): - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [18](#)

“Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Na sua Comunicação ao Senhor Presidente refere a manutenção e pavimentação de vários arruamentos em várias freguesias, no entanto na freguesia de Esgueira nada se fez! Volto a lembrar que caminhar e conduzir nas ruas da nossa freguesia é uma tarefa que se torna cada vez mais difícil. A degradação dos pavimentos atingiu o auge – é exemplo disso as Agras do Norte. Esperámos urgentemente uma intervenção nesta área.

Das obras que constam no Plano de Actividades da Câmara Municipal de Aveiro para Esgueira (que já constavam no ano anterior) nenhuma foi executada! Fala-se em embelezamento do espaço público. Quando é que esse embelezamento chega à freguesia de Esgueira? As rotundas, os jardins, a zona envolvente ao parque desportivo – tudo parece esquecido.

A Junta de Freguesia de Esgueira está a atravessar uma fase económica difícil devido ao incumprimento por parte da Câmara Municipal de Aveiro das transferências das verbas. Lamentavelmente, a resposta a esta questão continua a ser ou evasiva ou desconhecida! Estamos no final de Setembro, temos muitos encargos, quando veremos esta situação resolvida?

Sabemos que o distrito de Aveiro vai receber seis campos destinados ao fomento da actividade infante/juvenil contribuído para que as crianças e jovens possam praticar desporto sobretudo em zonas mais carenciadas. Segundo notícia do Diário de Aveiro um desses campos iria ficar na freguesia de Esgueira (parque de merendas). Portanto, soubemos pelo jornal que o local para a instalação do campo é no parque de merendas!? Sabemos agora que o local já não é na freguesia de Esgueira. Gostaríamos de saber agora qual é o local destinada e porque razão já não é na freguesia de Esgueira.

O Senhor Presidente na sua Comunicação diz que o ano lectivo foi preparado de maneira a que se alcançasse o sucesso educativo. Então eu pergunto: para quando as obras de reparação da escola da Quinta do Simão? Acabei Senhor Presidente.”

Vogal Paulo Anes (PSD): - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [19](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Cumprimento a Mesa, a Câmara, Senhores deputados e Comunicação Social. Uma vez mais o Senhor Presidente da Câmara traz a esta assembleia uma Comunicação que exprime bem o vasto e profícuo trabalho que tem desenvolvido por Aveiro e para Aveiro – e portanto, congratulamo-lo por isso.

Sabemos bem que as críticas que vem sendo feitas pela esquerda apenas revelam algum desespero porque se vai constatando que V. Exa. vai tomando decisões que de facto valorizam e são determinantes para o futuro de Aveiro – sem que para tanto esse futuro fique comprometido.

Começa a ficar claro que esta Câmara não obsessiva pela imagem mediática tomou o rumo certo. Do passado próximo soube tirar os ensinamentos. Deu continuidade aos bons projectos, desenvolveu-os e está a pagá-los. Não deu continuidade ao ímpeto despesista suicida da governação socialista. Está a decidir com determinação sobre várias matérias bem explanadas pelo Senhor Presidente no documento que temos aqui em discussão.

Para não me alongar refiro apenas uma questão que me parece deve ser enaltecida e que aos olhos dos cidadãos menos atentos poderá passar despercebida. Falámos em matéria de planeamento urbanístico. Há sinais evidentes de que o Senhor Presidente da Câmara, responsável por este pelouro, pretende clareza de procedimentos e dá conta dos mesmos aos cidadãos. Se não velamos: com a anterior Câmara no período de discussão pública para o Plano Urbanização da Cidade de Aveiro (PU) ficou envolto numa série de trapalhadas que levou a várias reclamações junto da Comissão de Coordenação da Região Centro, facto que levou a que o mesmo Plano tivesse de ser levado de novo a discussão pública já por este executivo.

Este instrumento municipal de planeamento encontra-se agora disponíveis a todos os munícipes nas sedes das Juntas de Freguesia e no site da Câmara Municipal, para que sobre este enquadramento da discussão pública se possam pronunciar os munícipes.

Encontra-se de novo em discussão pública de 17 de Setembro a 19 de Outubro, resultado de nomeadamente das sugestões e das reclamações aceites do período anterior da discussão pública e de decisões assertivas entretanto tomadas pelo Senhor Presidente da Câmara. Pequenos acertos circunstâncias e promessas eleitorais sufragadas. Refiro-me aqui, nomeadamente às avenidas de Santa Joana e São Bernardo. Sobre essa matéria temos ouvido o Senhor Vereador Marques Pereira, convenhamos, sobre esta questão não estará muito à vontade. Se o Senhor Vereador tivesse a incumbência do planeamento rasgaria duas avenidas delineadas por uma régua longa, sem qualquer pudor e respeito pelo cadastro. Nada mais violento que uma atitude de tirania sem olhar a constrangimentos e direitos.

Este executivo decidiu pelo bom senso, concertação, e pelos menores custos sociais e económicos. Em matéria técnica, refiro que qualquer solução poderia resultar em qualidade urbana boa ou má. Tudo dependerá do trabalho ponderado de desenho urbano que se venha a realizar subsequente. De facto, uma avenida não pode ser apenas um traçado de uma via. Uma avenida urbana é, deve ser fundamentalmente um canal de circulação, mas muito mais um espaço público e privado de qualidade. Um espaço agradável, pensado para a escala humana, e nunca o resultado da cisão do território.

Uma avenida rectilínea nem sempre é significado de progresso e de qualidade, se atentar contra os direitos dos cidadãos e contra a qualidade urbana. Alerto pois o Senhor Presidente da Câmara para essa questão fulcral, para que lance um projecto que qualifique e dê esteio a essa decisão. As avenidas não poderão ser resultados de fragmentos que se vão cerzindo e cristalizando na gestão diária das obras particulares. É necessário uma ideia clara e qualificadora.

Terminando, refiro aquilo que o Dr. Candal já referiu e que tem a ver com o Dec-Lei 316/2007, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e que sinteticamente reflecte as medidas previstas no Simplex, garantindo à partida procedimentos bem mais céleres e expeditos.

Depois da indignação demonstrada, nomeadamente na última sessão, pelo Senhor Presidente da Câmara, esta é pois uma boa nova. Obrigado”

Vogal João Barbosa (PS) [20](#)

Vogal João Carlos Valente (PSD) [21](#)

Vogal Raúl Martins (PS): - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [22](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, três notas que queria deixar: uma primeira porque não tive a ocasião de o fazer; faço-o agora com algum atraso. Dar as boas-vindas e desejar as máximas felicidades ao Dr. Caetano Alves, nesta sua nova etapa da sua vida pessoal e política. Em segundo lugar, por ter lido nos jornais, e fazer uma pequena nota relativamente àquilo que está a acontecer ao Galitos. E lembrar a esta Assembleia que quando aqui foi votado o Plano de Pormenor para a Lota, que transformou o projecto inicial de lazer neste projecto imobiliário, em que estava prevenido a situação do Galitos e das outras Associações lá, de um parque lúdico ou desportivo, se transformou naquilo que hoje é. Muitos, todos aqueles que na altura aqui estavam e que na última sessão se fartaram de verter lágrimas de crocodilo, votaram a favor — o único que votou contra fui eu. Fico muito contente por... ah, as pessoas esquecem-se disso, mas é bom que se lembrem! Assim como já agora gostaria de lembrar, e talvez fosse de publicar as palavras que na altura e agora ainda líder da bancada do PSD disse quando eu aqui era presidente da APA. A Câmara trouxe aqui o protocolo que foi feito, para aquisição dos terrenos da antiga lota e na altura só faltou chamarem-me ladrão. E eu gostaria, que as pessoas que nessa altura o disseram (está escrito) que dissessem nesta altura o mesmo que disseram.

Os tempos mudam, mas há coisas que nunca se esquecem. O Senhor Presidente e muito bem, vem aqui informar-nos de que estão na calha uma série de investimentos para Aveiro. Folgo em ouvi-lo, porque são necessários.

Agora, o que eu gostaria de perguntar é se todos esses investimentos que estão a surgir são fruto de um célebre protocolo que foi feito entre a Câmara e uma empresa privada (H,M), em que uma das missões da empresa privada desse protocolo, que aqui nunca mais ouvi falar, mas certamente é o que está em funcionamento — ia arranjar os tais investimentos todos e os subsídios para a Câmara de Aveiro. É ou não é dependente disso? É resultante ou não disso? Não estou a fazer qualquer juízo de valor. Estou a perguntar porque penso que esse protocolo ainda está em funcionamento.

Fiquei também contente por ver que nesta Comunicação a dívida que continua a ser chamada de “passivo” diminuiu. Fiquei contente por ver isso. E tinha na ideia vir dar aqui os parabéns ao Senhor Presidente por, efectivamente, essa descida! De facto é notável, que entre duas assembleias municipais a dívida que o senhor Presidente aqui disse que era de 280 milhões de euros, venha para 118 milhões de euros! Só depois é que vi, infelizmente, que passados dois anos de ascensão ao poder camarário, este executivo, especialmente o Senhor Presidente da Câmara (que nunca diz, mas volta e meia lá vai deixando uns números, 240, 260, 280, 220, enfim, depende do dia), não tenha a coragem política de pôr no documento que indica as dívidas do município, aquilo que vai dizendo e vai deixando cair à boca fechada. Era só isto.”

Vogal Miguel Fernandes (CDS/PP) – Nos termos do artigo 31.º do Regimento: [23](#)

“Senhor Presidente, eu gostaria de pedir um esclarecimento ao deputado Raúl Martins. Senhor deputado Raúl Martins, foi com muita atenção, mas de igual espanto, que ouvi as suas palavras sobre a temática Galitos/Pólis. Na verdade, dizer ao senhor deputado, que se esta situação do Galitos estava prevenida na altura em que isso foi discutido aqui nesta Assembleia. A primeira pergunta que eu lhe faço é: de que forma? Com o salvo devido respeito e salvo melhor opinião, a situação permanece igual, inalterada. Existe uma definição em projecto e como sabe melhor do que eu, aquilo é propriedade da APA. Portanto do ponto de vista jurídico, efectivo, tudo permanece igual. A titularidade administrativa que é concedida ao Galitos é precária como bem sabe. Portanto, como é que a situação do Galitos estava prevenida? Esta é a primeira questão.

Segunda questão que se prende com o protocolo que foi referido por si. Protocolo com vista à aquisição dos terrenos, os ditos terrenos onde o Posto Náutico se situa. A primeira pergunta que lhe faço é se essa aquisição poderia ter sido feita — já lançou isso publicamente, pois podia. E quem é que podia ter feito a concretização dessa venda, e em que altura? Segunda pergunta, porque preço? E outra das perguntas que se impõe. Porque é que essa aquisição não foi feita? Tão só.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 31.º do Regimento: [24](#)

“Porque fui interpelando, não propriamente o meu nome, mas as funções que exerço nesta Assembleia, gostaria de esclarecer o seguinte: primeiro, como todos sabem, não é de meu timbre estar a chamar a ninguém nomes nesta Assembleia. Por isso, aquilo que foi dito, que eu chamei aquele nome que foi dito, pois de certeza que eu não o chamei de nenhum nome desses. Segundo, gostaria de lembrar que os terrenos da antiga lota eram terrenos da JAPA. Ou seja, eram terrenos de Aveiro, que a JAPA já há alguns largos anos se apropriou para a construção na altura da nova lota. Ou seja, terrenos de salinas sem qualquer valor, foram apropriados e uns anos mais tarde foram propostos para serem vendidos à Câmara Municipal de Aveiro — então por quinhentos mil contos, na altura em contos, era assim. E eu fui contra este negócio de mais-valia por parte da entidade que administra o Porto de Aveiro. Eu manifestei-me contra, foi só esta a razão, do nada de salinas que na altura foram anexadas para construção da lota, mais tarde a administração do Porto de Aveiro vir a propor um negócio com a Câmara Municipal de Aveiro, de as vender por quinhentos mil contos. Achei um escândalo, continuo a achar um escândalo, e continuo a achar um escândalo também que neste momento a Administração do Porto de Aveiro ainda venha a fazer mais-valias, exactamente, com aqueles terrenos. Por isso a minha posição e a posição do PSD mantêm-se exactamente, quer no passado, no presente e espero que no futuro. Que não seja preciso voltar a lembrar este assunto, que acho que é lamentável na história de Aveiro, aquelas mais-valias e o facto de termos uma Administração do Porto de Aveiro que ao invés de zelar pelos interesses dos aveirenses, parece querer de vez em quando esquecer-se e querer-se alimentar daquilo que é património de todos nós. Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS): - Nos termos do nº 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [25](#)

“Muito rapidamente para dar resposta às duas interpelações. A primeira para dizer que o Sr. Dr. que certamente não conhecerá o processo que informou aquele Plano. É que existiu um Plano inicial, em que não havia especulação imobiliária naquela zona, foi feito pelo Arquitecto Portas na altura inicial, pago pela APA e também pela Câmara de Aveiro, e esse projecto previa de facto a manutenção do Galitos, porque há um problema que nunca mais vão resolver e que vocês aqui têm de ver, que é este: é que não é conciliável a situação dos barcos do Galitos (mesmo que seja feito) que o mesmo seja feito com os barcos à Vela e com os barcos a

motor. Têm características completamente diferentes. Dai no projecto inicial existir uma parte de trás, ou seja naquilo que se chama o esteiro da Rodozia, que seria alargado e onde teria essa parte. Seria uma zona de ludica só, e não tem nada a ver com aquilo que é hoje. Estava prevenido inicialmente. Quando se pretendeu habilidosamente, quem pretendeu fazer dinheiro à conta daquilo não foi a APA, é bom que se entenda. E mais Dr. Manuel Coimbra, de facto o senhor persiste na sua posição que é uma posição tonta, desculpe que lhe diga. Os terrenos não foram anexados ao município, as marinhas foram adquiridas aos seus legítimos titulares, foram compradas e pagas. Ouça, ninguém lhe fala dos terrenos que o seu avô comprou e que lhe deixou em herança por meia dúzia de tostões. E que naquela altura comprou-os por cinco tostões e que hoje valem milhares de contos. É a lei da vida, é natural. Eu estou a dar isto como exemplo Sr. Dr. espero que compreenda. E na altura havia um projecto, para instalação de um hotel, projecto em que os interessados estavam interessados em posicionar lá o hotel e que o valor que davam pela imposição lá do hotel, que seria na zona da parte de cá, depois na altura em que se iria fazer lá um “queimódromo” (que era o que estava previsto para o lado de cá), era superior ao valor que foi proposto à Câmara de Aveiro para ficar com o terreno. De facto, muito se fala. Quinhentos mil contos era um roubo. Mas se tem comprado, esta valorização que agora se vai dar, porque certamente agora quando for vendida, agora para os privados, não vai valer quinhentos mil contos, se calhar é um bocadito mais — e era de todos nós, era da Câmara de Aveiro. Entretanto a Câmara, como se sabe, está lá a gastar um milhão de contos e os terrenos de facto são da APA — essa é que é a triste realidade! E foi a triste realidade que algumas posições que aqui hoje são repetidas deram. Disse.”

Vogal António Regala (PCP) [26](#)

Presidente da Mesa em Exercício [27](#)

Vogal Rocha Almeida (PSD) [28](#)

Vogal Jorge Nascimento (CDS) [29](#)

Vogal José Costa (PS) [30](#)

Vogal Silvestre Paiva (PSD): - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [31](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Aproveito a oportunidade, para informar que estou em representação da Freguesia de Aradas, dado o Senhor Presidente não o poder fazer por problemas com saúde de um familiar. Aproveito também para fazer a intervenção que se segue, dado tal não ter sido possível na Assembleia em Aradas. As intervenções da primeira Sessão desta Assembleia ocorrida em Aradas, pelo Sr. Furão e pelo Senhor Presidente da Glória, acerca dos limites das Freguesias de Aradas e da Glória, motivaram o reforço de reflexão do nosso executivo. Assim, na impossibilidade de darmos resposta naquela Assembleia por motivos regimentais, gostaria hoje de referir que, efectivamente, ocorreram negociações na reunião em Maio, para a redefinição das nossas fronteiras com a Glória. Esse princípio de negociações não tiveram frutos, porque a nosso entender, Aradas iria ser penalizada — como infelizmente o tem vindo a ser ao longo dos anos.

Sabemos o que é que a Freguesia de Aradas tem perdido década após década, no seu espaço territorial para a Glória, e outras novas Freguesias. Possivelmente, Aradas, mais antiga e rural, não tem tido capacidade ou o engenho para acolher devidamente a cidade em franca expansão e esta como tal começou a invadir o seu espaço. Porém, nos dias de hoje, Aradas também é parte integrante da cidade. Mantemos em nosso poder um estudo, um desenho, vindo dos serviços técnicos da Câmara Municipal de Aveiro, que nos dá informações preciosas sobre os possíveis limites territoriais das duas Freguesias e que poderá levar a uma redistribuição equitativa das áreas a ceder e a receber, sem prejuízo de qualquer delas, seguindo contudo separações naturais, já existentes conforme é exigido na lei.

A proposta apresentada pelo executivo da Glória, mereceu a recusa do executivo de Aradas, porque a nossa Freguesia seria penalizada em mais de cento e cinquenta mil metros quadrados da sua área territorial, nos lugares de Aradas e Verdemilho, bem como a perda de muitas centenas, se não milhares de eleitores actuais, a adicionar a muitas centenas que irão aparecer, quando da conclusão da urbanização edificar no espaço dos antigos lacticínios de Aveiro, já aprovado pelo executivo da Câmara. Expliquem-no, como é possível podermos aceitar ou justificar perante o nosso eleitorado semelhante machada territorial e financeira, sendo que esta já vem existindo há algumas décadas?

Face à situação do momento, achamos melhor, por enquanto, que as fronteiras reconhecidas pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento e Institutos do Geográfico Português e pela Câmara de Aveiro, se mantenha como estão, não esquecendo porém o assunto e ir meditando com calma e quem sabe num futuro próximo, nós consigamos encontrar uma solução para as irregularidades actuais e em ambos os executivos se encontre o consenso, que por certo ambas as partes desejam, para a efectiva delimitação territorial. Agradecemos que esta intervenção fique transcrita em acta. Tenho dito.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS): - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [32](#)

“Obrigado. Boa noite Senhor Presidente. Ora bem, notas prévias, em particular se me permite uma nota à Mesa, porque segundo percebi hoje pelos serviços, eu recebi e só não disse em Aradas porque era uma Sessão pública de cariz diferente e que segundo consegui apurar junto dos serviços da Assembleia Municipal, eu recebi a minha convocatória e a documentação em suporte digital. E eu, apesar de não ser propriamente infor-excluído também não sou assim tanto infor-incluído. E depois entendo, que gosto mais de ler no papel do que ler no computador, no portátil. E não tenho portátil, só tenho computador fixo e, portanto, fui informado de que teria que ser antes, previamente a cada uma das sessões, haver uma solicitação específica aos serviços para que fosse fornecida documentação em papel — e não foi isso que nós aprovámos nesta Assembleia no Regimento. Eu já fiz a menção expressa para receber em papel toda a documentação e, portanto, entendo e peço através da Mesa para que dê indicação aos serviços para que se cumpra o Regimento e para que me seja facultada no futuro isto.

Para além desta nota prévia, para também dizer ao deputado Rocha Almeida, que também foi com muito gosto que o vi reconhecer o que este Governo tem feito em prole de Aveiro, devolvendo alguns serviços que nos foram retirados em tempos, sabe-se lá por quem, não quero estar aqui a invectivar nomes.

Depois uma nota para a Câmara. Eu recebi um convite em casa para o lançamento da nova imagem de Aveiro-Expo. E vi o convite, presumo que aquela já seja a nova imagem, fiquei muito satisfeito com a imagem do Aveiro-Expo. Agora, eu também fui aqui brindado com umas pastas do que seria o novo símbolo de Aveiro, que era suposto ter uma justificação em termos de marketing. Ser uma imagem envolvente, que envolvesse o município, etc. etc. E portanto, não percebo como é que ao fim de oito meses recebo outra vez um convite para ir ao lançamento de outra nova imagem; um lançamento de uma nova imagem do Aveiro-Expo!?

Acho que aqui deveria ter havido alguma sintonia, portanto estranhei isso, de qualquer maneira não queria deixar de fazer este registo.

Depois, para dizer em relação à palavra de ordem lançada pelo João Carlos Valente “organizem-se”. É que esta coisa do organizar é complicada. Eu arranjo-lhe já vários exemplos: a Câmara Municipal de Aveiro trouxe a reunião de Câmara um protocolo do Beiramar e depois retirou-o passado uns tempos — eu diria, organizem-se! Ou vem logo já pensado ou não vem.

A Câmara Municipal de Aveiro ou o Senhor Presidente, trouxe a reunião de Câmara um protocolo ao que creio do São Bernardo e depois retirou-o — e eu diria, organizem-se. Depois (isto se calhar dirá mais respeito às pessoas em relação ao estacionamento) eu até trouxe aqui um Código da Estrada, de bolso, que diz no seu artigo 70.º (não quero estar a ser muito maçador), mas a proibição do estacionamento público, poderá eventualmente ser por tempo superior ao estabelecido, terá que ser paga uma taxa fixada nos termos do n.º 2 do artigo anterior (que também passo a ler o artigo 60.º) que diz: os parques e as zonas de estacionamento podem ser afectos a veículos de certas categorias, podendo a sua utilização ser limitada no tempo ou sujeita ao pagamento de uma taxa, nos termos fixados no regulamento. Ora bem, que eu saiba, o actual regulamento do município nós não chegámos a fazer a aprovação. E o que não falta aí é uns senhores de colete, a andar para trás e para a frente, a passar multas a torto e a direito!? Eu presumo que esta delegação de competências dada pela Direcção de Estradas (agora tem outro nome) ao abrigo desta norma, esteja alicerçada no regulamento que presumo que exista dos tempos do Girão Pereira? Porque eu não creio que o Alberto Souto tenha aprovado algum que me recorde e, portanto, vão começar a aparecer seguramente (se é que já não apareceram ou se é que algumas até já foram decididas) impugnações das multas ou das contra ordenações. Mais, ao que sei, os talões onde são passadas as multas não têm numeração!? São numeradas à mão! Quer dizer, e eu quase que faço o apelo aos aveirenses, com tanta hipótese donde agarrar do ponto de vista formal, dificilmente será possível à Câmara de Aveiro, a um cidadão informado, fazer qualquer contra-ordenação; essa é que é a questão. Portanto se querem fazer um regulamento municipal, e aliás aproveito para perguntar porque é que ainda não está aqui, se já veio um projecto porque é que não foi reformulado e porque é que não está aqui nesta convocatória hoje? Porque nem na outra veio e portanto, vocês, na minha perspectiva e isto é uma questão política, o regulamento deu algum azo ou alguma alteração na sociedade aveirense. E o que é certo é que foi retirado para futuras núpcias. Um pouco até como o protocolo do Beira-mar, um pouco até como o protocolo de São Bernardo e um pouco até como tudo aquilo que parece polémica à partida. Como foi o caso do Projecto Petiz, em que o Vereador da Educação na altura com o pelouro fez uma exposição num sentido, e que foi na mesma reunião desautorizado pelo Presidente da Câmara — ninguém me tira isto da cabeça. Mas quem esteve aqui e ouviu vozes e ouvi uma Câmara a duas vozes, é caso para dizer como diria o João Carlos Valente e muito bem: “ organizem-se ”.

Vogal Miguel Fernandes (CDS) [33](#)

Vogal Carlos Candal (PS) [34](#)

Vogal Fernando Marques (PSD): - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [35](#)

“ Senhor Presidente, Ex.ma Câmara, Senhores deputados. Uma pequena nota para me referir ao falecimento do pai do nosso Presidente da República. Apenas uma nota de registo, considerando que foi um homem humilde e que terá tido a grata felicidade de ver um filho ser Presidente da República.

Referindo-me à Comunicação do Senhor Presidente, felizmente e ainda bem que tivemos aqui apontamentos positivos, talvez mais que negativos. É óptimo, é excelente, também comungo dessa opinião. Penso que se terá feito justiça à actuação da Câmara Municipal.

Eu tenho razões para estar contente quando vejo a ser resolvido o problema do quartel do parque (ex-Regimento de Infantaria10) quando vejo realmente o estado de degradação em que se encontra e vejo uma resolução a prazo – tanto mais que a sua recuperação é direccionada para equipamentos sociais, naturalmente que temos razões para estar muito contentes.

O investimento que se está a fazer nas Florinhas do Vouga. Já muito dissemos a respeito das Florinhas do Vouga, pelo seu passado, pelo trabalho excepcional que presta à comunidade

principalmente no Bairro de Santiago. Eu sem me querer substituir à Câmara diria ao Senhor Regala que as obras estão a decorrer normalmente e terão a sua conclusão nos prazos previstos.

A Ribeira de Vilar. Eu aqui vou-me debruçar um bocadinho sobre o excelente trabalho que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia lá fizeram. Há várias décadas que não havia intervenção naquele espaço. Foi um trabalho difícil, complicado, muito violento para quem o executou, teve os seus custos, mas está ali uma obra que vale a pena visitar. É óbvio que a Junta só por si não tem meios financeiros para manter aquilo no estado actual, porque precisa de acompanhamento, e precisa que se encare uma segunda fase que passe pela construção de uns caminhos pedonais, eventualmente uns passadiços e teremos ali um espaço às portas da cidade que vale a pena preservar. Foi excelente, sentimo-nos todos felizes pelo trabalho que ali foi feito. Exige manutenção, exige uma atenção permanente, mas não tenho dúvidas que a Câmara através da sua Divisão de Ambiente vai ter o máximo cuidado. Aliás, estão sensibilizados para isso. Quero aqui realçar o trabalho que foi feito pela referida Divisão de Ambiente que foi maravilhosa, simplesmente maravilhosa.

O Cais dos Santos Mártires. Também já aqui foi referido, também maravilha, óptimo, finalmente temos aquele espaço recuperado.

Também é agradável saber que aqui a Câmara faz o favor de nos ouvir nos projectos para a recuperação do Bairro da Misericórdia, como na Baixa de Santo António. O Bairro da Misericórdia, muitos não conhecerão, mas estava realmente com mau aspecto. Cada residente foi fazendo o seu arranjo, muitas vezes à revelia da Câmara Municipal, aquilo precisa realmente de uma recuperação, é gratificante saber que isso vai ser feito.

Na baixa de Santo António também os caminhos pedonais vão ter uma intervenção. São situações que eu registo com agrado.

O apoio aos idosos, isto no âmbito social, ainda agora ficou patente no dia nacional do turismo, na ida a Viana do Castelo, em que tudo correu muito bem, tudo muito bem organizado, as nossas assistentes sociais estiveram impecáveis, tudo correu pela melhor maneira. Isto é o que eu considero de positivo.

De negativo, permitam-me uma nota. A situação financeira. Nós, as Juntas de Freguesia, senhor Vereador, necessitávamos que o senhor fosse tomando nota para contabilizar os juros. Acho que não deve esquecer esse pormenor porque é justo que isso aconteça e que vá dando para cá alguns trocados.

Posto isto, naturalmente que não podia deixar de me referir à intervenção do Senhor Silvestre Paiva, Tesoureiro da Junta de Aradas.

Eu volto a dizer que preferia que esta situação fosse resolvida num qualquer gabinete e não trazida ao domínio público. Não foi possível. Um munícipe assim o entendeu, e realmente há aqui pontos divergentes em relação aos limites territoriais. Não foi dito na reunião em Aradas, e eu volto a repetir porque é importante o seguinte: os terrenos onde se situa a Urbanização das Glicínias são território da freguesia da Glória. Noutros tempos era uma linha de água proveniente de São Bernardo que serpenteava por ali e aqueles espaços são freguesia da Glória. Os mais velhos sabem que a variante entre a Rotunda do Eucalipto e a Quinta do Simão, não existia — e eram realmente as linhas de água que marcavam os limites das duas freguesias. Construí-se a 109, mais tarde veio a urbanização, e as linhas de água desapareceram, pelo menos não são visíveis e a verdade é penso que bem, a Câmara Municipal fundamentada num estudo dos serviços de informação geográfica apresentou às Juntas um estudo, um parecer, em que em virtude de terem desaparecido as linhas de água, que deveriam vigorar as infra-estruturas que entretanto foram aparecendo.

As divergências são as seguintes. É verdade que a Vila Jovem, a Sul da Urbanização de Santiago é Aradas. Mas também é verdade que o espaço situado das Glicínias e parte do Hipermercado Jumbo é Glória.

A informação do SIG, a informação que temos técnica diz, face à 109 que é a infra-estrutura agora existente a separar, que Aradas fique com as Glicínias e que a Glória fique com a Vila Jovem. O que é da Glória passa a pertencer a Aradas, o que é de Aradas passa a pertencer à Glória. Eu penso que isto é razoável. E obviamente que nos fundamentamos num parecer técnico do SIG.

Sabe o Senhor Silvestre que as negociações ainda não estavam encerradas. Sabe o Senhor Silvestre que nós estamos receptivos a corrigir áreas a Poente dos nossos limites territoriais. Concretamente onde está instalada a Pista de Atletismo da Universidade. As negociações ainda não estão concluídas — sabe que é verdade. São difíceis, são. Porque realmente o que defendemos todos é que interessa as zonas que estão urbanizadas.

A Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia, não aceita qualquer outra negociação que não passe realmente por aquele estudo que foi feito pelo SIG. E uma vez que não há consenso isto é muito antigo, já vem dos anos 80, já naquela altura se falava nisso, não houve consenso, passaram 30 anos e continua realmente a não haver consenso. Eu penso que na verdade o melhor que temos de fazer é enterrar o machado de guerra e deixarmos cair esta situação até realmente haver um estudo melhor e mais fundamentado que nos leve realmente a encontrar uma solução pacífica. Nós realmente todos desejamos que isto seja resolvido numa situação pacífica. Eu confesso, o pior que me poderia acontecer a mim na vida de autarca era ter um conflito qualquer com uma Junta de Freguesia — e muito menos com a de Aradas, onde um filho meu até é Secretário.

Portanto, acho que é melhor repensarmos com calma este assunto. Tentar resolvê-lo num qualquer gabinete, porque acho que é aí que devemos calmamente repensar esta situação.

E não há irregularidades como aqui foi dito. Eu penso que não foi justo quando aponta aqui irregularidades nesta situação. Não há irregularidades e muito menos intenção delas existirem. É só.”

Vogal Manuel Prior (PSD): - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [36](#)

“Gostava de fazer um reparo àquilo que disse o senhor deputado Pires da Rosa (que não está) sobre a distribuição da documentação. Eu penso que se ele tivesse lido toda a correspondência que foi da Assembleia para os senhores deputados, não fazia o comentário que fez! Porque no cumprimento do Regimento, a Mesa fez distribuir toda a documentação para a caixa de correio dos senhores deputados — e todos receberam em casa um envelope com os códigos para terem acesso. E mais do que isso. Desta vez e já que se falou nisto, quero agradecer a um funcionário da Câmara, ao Eng. Rui Branco, dos serviços de informática, que foi extremamente colaborante com a Mesa, e que pela primeira vez no dia a seguir à distribuição aos senhores deputados, a documentação estava on-line na página de Internet da Assembleia para acesso a todos os cidadãos e a todos os municípios e também aos senhores jornalistas. Penso que isso também foi um grande avanço nos Serviços de Apoio e que a Mesa prestou aos municípios, e aos senhores jornalistas e aos senhores deputados.

Agora sobre a minha intervenção. Exm.º Senhor Presidente da Mesa, Exm.º Senhor Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros colegas deputados, estimado Público e Senhores Jornalistas, hoje e neste espaço da Comunicação do Presidente e porque se diz que esta Câmara não faz obra nem perspectiva o futuro, dediquei algum tempo a ler a Comunicação Escrita. E após um Verão em que visitei por gosto, varias vezes, um destino paradisíaco do nosso concelho, achei por bem dedicar-lhe a minha intervenção — estou a referir-me a São Jacinto, à sua Praia, à sua Ria, às Dunas e à Reserva, às pessoas afáveis e à boa gastronomia. E então deparei que e em relação a São Jacinto, este executivo fez, executou, lançou ou colocou na prática as seguintes acções:

A Praia de S. Jacinto hasteou pela primeira vez a Bandeira Azul em 2006, e retomou a mesma em 2007; galardão europeu que assinala a qualidade e a segurança balnear da única praia do concelho de Aveiro.

A Candidatura apresentada pelo Município cumpriu os critérios estabelecidos para a obtenção deste símbolo internacional, nomeadamente o da qualidade da água, o da informação e educação ambiental, o da gestão ambiental e o da segurança.

Esta praia foi também considerada “Praia Acessível” e ergueu a respectiva bandeira pois satisfaz os critérios que permitem aos cidadãos de mobilidade condicionada os meios de acessibilidade à sua fluidez.

A época balnear em São Jacinto está já valorizada por um programa de animação para os visitantes, que contempla a oferta natural da praia, da Ria, e a da Reserva Ecológica.

Aveiro possui agora mais uma forte razão para se afirmar como destino turístico e detém mais um instrumento de afirmação para o desenvolvimento económico e social da comunidade da freguesia de São Jacinto.

O ferry-boat “Cale de Aveiro” começou as travessias na Ria de Aveiro, entre o Forte da Barra e São Jacinto, no passado dia 1 de Agosto, iniciando uma ligação que reforça o equilíbrio do território municipal e aproxima as populações aveirenses, unindo as duas margens da Ria.

Facilitando a mobilidade de e para a freguesia de S. Jacinto, estão agora criadas melhores condições para que se possa verificar o desenvolvimento social e económico local, potenciando os recursos turísticos e as mais-valias endógenas, bem como, se permite, doravante, estreitar as relações comerciais e a cooperação com as entidades da freguesia.

Convém lembrar que o ferry-boat era uma aspiração dos anos 50. Este executivo colocou-o na prática e a navegar. Com défice na sua exploração, mas isso são custos também sociais, mas isso tanto tem o ferry para São Jacinto como os autocarros para Nariz ou Eirol

A Câmara Municipal apresentou às instituições interessadas, em especial à Junta de Freguesia de São Jacinto e à população da freguesia, os projectos para os portos de pesca e de recreio de São Jacinto, apostando nesta lógica de proximidade com os cidadãos, para recolher as suas observações e as sugestões que beneficiem o trabalho técnico entretanto preparado.

Outra referência para São Jacinto, para a sua praia, é dedicada ao funcionamento pela primeira vez do apoio de praia. Equipamento concessionado que oferece serviços muito úteis à vivência balnear. Também com o objectivo de animar a praia, sensibilizando os veraneantes para as questões ambientais, realizaram-se na praia de São Jacinto durante o Verão, um conjunto de actividades das quais se destacam: “Vamos construir um mosaico climático colectivo”, em colaboração com a ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental, “Verão sem escaldão, Sol com moderação, Sombra amiga da protecção”, acção conjunta com a Associação Portuguesa de Cancro Cutâneo e “Beata...na areia não, no cinzão”, iniciativa desenvolvida com o Projecto Ria e com a Junta de Freguesia de São Jacinto.

O Município estabeleceu contacto com os representantes das entidades que reclamam a posse de bens dos antigos Estaleiros de São Jacinto, procurando sensibilizá-los para a necessidade de encontrar uma solução para o destino dos terrenos que sirva todas as partes, lembrando, especialmente, a importância de consagrar os direitos dos antigos trabalhadores da unidade empresarial. O contacto mantido preconiza evitar o arrastamento de uma situação cujos contornos podem trazer dificuldades e morosidade análogas às do caso que ficou na opinião pública conhecido como o da “Frapil”.

Claro que não queria terminar sem deixar um repto ao Sr. Presidente da Junta de São Jacinto, para que nos diga de viva voz se todos estes projectos estão ou não em acção, se com eles concorda, e se nota ou não por parte deste executivo um apreço na acção dos seguintes projectos na sua Freguesia. É que ainda não o ouvi, nem li, referir-se positivamente a estas obras e a este executivo, que como deve sentir e saber, levou para São Jacinto aquilo que o anterior não levou. Refiro-me:

À candidatura e atribuição em dois anos consecutivos da Bandeira Azul e Bandeira de Praia Acessível;
Aos programas de animação e sensibilização balneares nos dois anos, 2006 e 2007;
À concessão e instalação de um Apoio de Praia pela primeira vez em 2007;
À entrada em funcionamento do ferry-boat, lembrando a recuperação da embarcação e a criação das estruturas de acostagem;
À apresentação pública (local) dos projectos para a construção do porto de abrigo e do porto de recreio de São Jacinto;
À busca de uma solução para os ex-trabalhadores dos Estaleiros de São Jacinto. Tenho dito.”

Vogal Manuel António Coimbra (PSD) [37](#)

Vogal Miguel Fernandes (CDS) [38](#)

Vogal Romana Fragateiro (PS) [39](#)

Da Câmara Municipal

Vereador Caetano Alves [40](#)

Vereador Pedro Ferreira [41](#)

Vereador Capão Filipe [42](#)

Vereador Carlos Santos [43](#)

Presidente da Câmara: [44](#)

“Deixem-me começar com uma excelente notícia. A Assembleia merece porque acompanhou esse processo durante muitos anos e viveu e sofreu — é o Plano Pormenor de Rasos. Finalmente o tal papão que existiu (e espero que deixe de existir, que a lei que define os instrumentos de planeamento) atrasou este processo, mas finalmente e depois de muita luta, hoje mesmo foi publicado em Diário da República o Plano Pormenor de Rasos. Processo que nos deixa a todos, especialmente a Assembleia, de parabéns por esse resultado.

Irei começar pelas questões suscitadas na última reunião desta sessão em Aradas.

Começando pela municipalização da N09, como sabem das primeiras coisas que nós fizemos quando entrámos no município foi solicitar essa municipalização, bem como da N230-1. A N230-1 na altura foi aprovada pelo executivo, seguiu, ainda está a aguardar a assinatura do Senhor Secretário de Estado. Quanto à municipalização da N109 pelas razões que são óbvias, pelo processo das portagens, o processo parou completamente.

Quanto à criação de mais espaços verdes, é naturalmente um desejo que nós temos e sei que é fortíssima vontade do Dr. Miguel Capão Filipe que está com esse pelouro.

Quanto à bomba de gasolina das Glicínias, é uma ameaça que não está bem. Já fizemos uma primeira abordagem, mas não encontramos solução alternativa para aquilo. Está lá aquele problema, preocupa-nos, mas o problema é encontrar a solução.

Quanto a São Jacinto, a colocação do trapiche. Pensamos que a forma como estamos a abordar o assunto por outro lado irá resolver essa questão. Mas já irei retomar essa questão num assunto mais à frente.

A Igreja de Santo António e de São Francisco. É uma situação preocupante, grave, que existe, nós já fizemos uma primeira intervenção para tentar aliviar ou minorar aquele problema que lá está, mas exige-se muito mais para dignificar aqueles edifícios que são património aveirense.

Em relação à unidade de tratamento mecânico biológico. Esse é um assunto que virá aqui à Assembleia para ser analisado e enriquecido com a nossa participação.

Depois em relação à rotunda do Botafogo já falámos na última reunião. A municipalização da N109 já está. O Dr. António Rodrigues não está, portanto as questões que colocou ficarão para outra altura.

Unidade de Santa Joana. Estamos em colaboração com a Junta a tentar que a obra seja concluída. Esta para muito breve a conclusão e a assinatura de protocolo com a ARS para passar o edifício para a gestão da ARS.

Quanto à questão aqui deixada por Carlos Anileiro, onde ficará a hipotética estação de tratamento? Ficarà em Eiroal ou em Eixo? Mais uma dúvida que aqui fica.

O Prof. Manuel António, sobre a Avenida. Este é um assunto que nos tem acompanhado e que os serviços da Câmara têm feito um trabalho dedicado, esforçado, até entusiasta. Eu penso que já apanhámos o caminho, já temos o caminho definido, estamos já na recta final em relação à questão da Avenida para acabar com a situação que existe. Esperámos trazer em breve esse assunto aqui à Assembleia para que a Assembleia se possa também pronunciar sobre essa temática importante.

Quanto aos temas de hoje, duas questões. Quanto à referência ao Dr. Vale de Guimarães. O suporte que nós fizemos quanto ao Dr. Vale de Guimarães, tem a ver com um ofício que em 1 de Agosto de 1957, que o então Governador Civil enviou ao Ministro do Interior, e nesse documento está a pedir um ferry para São Jacinto. E por isso limitámo-nos a pegar nesse documento histórico e tentar marcar a passagem desses 50 anos do pedido desse transporte, com a inauguração do ferry.

Quanto ao “papão” de que falámos, eu disse que qualquer alteração aos planos demoraria 6 a 10 anos. E fi-lo a partir de exemplos concretos que nós temos no município. Porque, porque efectivamente sei que saiu um diploma recentemente (ainda não tive oportunidade de analisar esse diploma) e espero que esse diploma venha trazer uma alteração profunda em termos de legislação na área de instrumentos de planeamento. Porque o que se passava era um entrave sistemático ao desenvolvimento. E se este novo diploma vier agilizar os procedimentos nesta área acho que será muito bem-vindo e bem aceite por todos nós essa alteração.

Em relação aos Galitos. Eu estou como o Dr. Carlos Candal, eu também não disse tudo na última reunião. Porque há aqui uma dúvida que me assalta. É que o processo de elaboração daquele Plano para aquela zona, conforme já aqui foi referido, dado o relato histórico, é um processo que teve discussões, teve participações, teve elaborações, teve aprovações, teve publicações, etc. Então ao fim de tantos anos é que o problema se coloca!? É só agora que o problema se coloca? Apeete perguntar um pouco assim: não deveria ser noutra altura que a questão devia ter sido colocada e na fase inicial em que era possível corrigir isso? Não foi, agora ficamos um pouco dependentes que essa agilização possa ocorrer. Porque não tenham dúvidas, se a lei não alterar a este nível, por muita vontade que a gente queira, podemos estar todos de acordo, pode ser unânime, pode ser a vontade dos aveirenses toda, mas a lei não nos deixa avançar.

Agora, o que nós queremos garantir, como garantimos em Aradas, é o acesso à água ao Galitos. Isso é um dever que nós temos. E garantir todo o diálogo para que se encontrem as melhores soluções. O que não podemos é cair na irresponsabilidade de prometer aquilo que não podemos fazer, temos de ser honestos. Reconhecemos o esforço, temos um amor eterno ao Galitos, além da iniciação que eu tive também o meu filho pratica desporto no Galitos, agora não nos peçam para termos mais razoabilidade do que estas coisas exigem.

Quanto ao QREN. É um documento que está em fase de elaboração há muito tempo. Temos uma equipa jovem, dinâmica, empenhada, interessada, que está a fazer um trabalho notável. Amanhã vamos ter uma reunião na GAMA, porque estas coisas criam mais força quando tratadas por todos nós. Quando este documento estiver com valores mais fixos será então altura de nós o analisarmos de o discutirmos e de o enriquecermos.

Quanto à Comunicação Escrita. Não é fácil definir as fronteiras que deve ter a comunicação. O que nós sabemos é que legalmente, eticamente, sentimos o dever de apresentar à Assembleia um relatório da actividade que foi desenvolvida entre a última assembleia e esta assembleia. Não é bem esse prazo porque como sabem para fazer as convocatórias e isso tempo como prazo quase

como limite um mês e que nós temos como norma interna elaborada pela Câmara. Mas o que nós sentimos é isto. Nós, independentemente de tudo aquilo que nos possa ser pedido em termos políticos, o que nós sentimos é o dever de informar a Assembleia, é informar daquilo que se passou — e temos procurado fazê-lo. E vamos procurar manter esse espírito. Porque no fundo parece-nos que o relatório não deve ultrapassar aquilo que é a sua génese, aquilo que estava no espírito do próprio legislador — é o relatório da actividade desenvolvida.

Quanto ao Plano de Urbanização. Esta efectivamente é a terceira discussão pública e é a oportunidade de que as pessoas participem mais uma vez. Porque houve aqui coisas que foram alteradas e portanto, gostaremos que os cidadãos até 18 de Outubro participem de uma forma que possa enriquecer o documento.

Levantou também a questão das avenidas que é um desses tais assuntos que está nesse Plano de Urbanização. Sobre isso dizer-lhes que, mal ou bem avançamos com uma proposta de suprimir uma das avenidas que estava inicialmente prevista e corrigir o traçado da outra. Mal ou bem foi essa a decisão que tomámos. E fizemo-lo assente nos seguintes factos: é um compromisso eleitoral que nós assumimos. Dissemos antes das eleições assim: se ganharmos anulamos uma e corrige-se o perfil da outra. Mal ou bem assumimos isso perante os aveienses — e compromissos não se discutem, cumprem-se. Estivemos com o responsável nesta área e dissemos assim: isto é um compromisso, não há discussão técnica nenhuma.

O segundo facto que nos fez avançar foi a vontade expressa e unânime dos órgãos autárquicos eleitos nessas freguesias. Oportunamente esses órgãos, as Juntas de Freguesia e as Assembleias de Freguesia constituídas por diversos partidos políticos foram chamadas a pronunciar-se sobre este assunto e tomaram uma posição claríssima em relação a isso. Só relembrar, que numa destas freguesias, já depois da questão ter sido suscitada, a Assembleia de Freguesia que integra elementos de todos os partidos políticos, voltou a reunir, e voltou por unanimidade a tomar a posição que já tinha tomado anteriormente.

Terceiro facto é que numa consulta numa consulta prévia feita junto dos proprietários, noventa e cinco por cento deles, com assinatura e data, se pronunciaram contra este processo. Outro facto ainda é que no âmbito das duas discussões públicas do PU a esmagadora maioria das reclamações incide aqui sobre as duas avenidas.

O último facto e que nos parece mais importante, é que isto não foi uma solução irreversível. Isto foi uma decisão tomada que vai ser agora sujeita a discussão pública. Isto é, vai estar sujeito a uma discussão e à opinião dos cidadãos, que vão ter oportunidade de apresentar sugestões. Perante este enquadramento não tivemos dúvidas nenhuma de avançar com este assunto desta forma.

Prédio da Vidor, João Barbosa, como é que vai ser a venda e os apartamentos e o negócio? Como sabe não é nada connosco. As vendas é com a empresa, não somos nós que vamos vender apartamentos. Agora, o que queremos saudar aqui, porque é importante, é a forma rigorosa como a empresa tem estado neste processo. Não tem havido a mínima falha. O processo está a correr com uma normalidade excelente, acreditamos que aquilo que durante vinte anos foi um problema ali, venha a estar totalmente solucionado.

Dr. Carlos Valente falou também na Avenida Lourenço Peixinho. Já foi aqui dito que virá aqui à Assembleia para nós nos pronunciarmos.

Rua João de Moura. Como todos sabem há uma recomendação aprovada por unanimidade em relação à solução a adoptar para aquela rua. A partir dessa recomendação já encetámos contactos com todos os proprietários naquela zona. Expusemos-lhe o assunto, informámo-los dessa recomendação da assembleia municipal, e pedimos naturalmente para que seja encontrada uma solução ali para que seja boa para todos e boa para o município. Inclusive, no seguimento dos contactos com todos os proprietários, já há cerca de dois meses fizemos chegar a uma última reunião um documento escrito que sintetiza aquilo que foram as conversas e os

diálogos havidos. Estamos a aguardar agora resposta da parte desses proprietários para seja encontrada uma solução.

Auditoria da IGF zero, nada. Absolutamente nada!

Dr. Raúl Martins, em relação aos investimentos para Aveiro. Eles são fruto do trabalho de muita gente e não de alguém em particular, nomeadamente da entidade que suscitou. Eu direi que nós temos protocolos com todos. Com a Assembleia, com as Juntas, para nos procurarem ajudar a encontrar caminhos, porque só dessa forma poderemos fazer mais para Aveiro e por Aveiro.

António Regala, protocolos com as instituições. Estamos a ter muitas dificuldades com o cumprimento dos nossos compromissos com as associações. É a tal questão do murro na mesa que, enfim, nos leva a esses exageros. Tenho consciência da importância decisiva que o movimento associativo tem na construção de uma comunidade melhor. Eu próprio quase durante trinta anos foi dirigente associativo e sei qual as dificuldades, o esforço, as canseiras, que as pessoas têm. E tenho pena e sinto mágoa de nós não termos capacidade de corresponder a esse trabalho notável que as associações fazem.

Quanto às SCUTS. Eu sou contra o projecto das SCUTS. Se calhar esse era um tema político interessante para aqui ser analisado pela assembleia e para tomar uma decisão.

O Rocha de Almeida pôs a questão do Campus da Justiça. Deixe-me dizer que foi um momento importante, se calhar não pelo Campus em si, mas por outras coisas envolvidas neste processo. A primeira foi importante porque foi reparada uma injustiça. Na altura uma decisão desajustada, inoportuna, que foi retirar o Tribunal Tributário e que finalmente essa injustiça foi reparada. O Conselho de Ministros já decidiu da construção de um Tribunal Administrativo e Tributário para Aveiro e isso é que é importante. Mas isto é um processo que não começou há um ano ou há dois anos, este processo já vem há cerca de trinta anos. Na década de setenta o município começou a negociar os terrenos e foi-os cedendo ao Estado para que seja criado um edifício público naquele espaço. O que aconteceu agora foi o corolário desses trinta anos. E na cerimónia que tivemos com o Senhor Ministro eu relevei o contributo que tiveram todos os executivos, porque todos trabalharam para que isto se tivesse consumado nesta data.

Em terceiro lugar e penso que foi a coisa mais linda que aconteceu neste processo, foi o exemplo de unidade que demos todos em Aveiro para que acontecesse assim. Desde o Governador Civil, a Ordem dos Advogados, as dezanove Câmaras do Distrito, aos municípios da GAMA e da AMRIA, a própria Assembleia Distrital (que há muitos anos não reunia por falta de quórum), aos partidos políticos que estiveram todos no mesmo lado da barricada, a Assembleia Municipal, o Executivo, a todos se fica a dever isto. Como dizia há pouco o Dr. Raúl Martins, Aveiro não acaba neste processo, existem muitas mais coisas ainda, e é importante que esta unidade se mantenha, porque enquanto ela se mantiver, não tenho dúvidas nenhuma que Aveiro irá beneficiar.

É também importante este processo porque a existência de uma sociedade livre e responsável e a essência de um Estado de Direito, depende da celeridade e da eficácia de Justiça. Sem Justiça não há democracia nem estado de direito. E a criação deste equipamento em Aveiro dá-nos a garantia de que poderão ser criadas as condições físicas para que possamos ter mais Justiça. Isto é, para que possamos ter uma sociedade mais livre e mais responsável.

Por último, já aqui foi dito também, tem outra vantagem porque a solução encontrada vai dinamizar duas zonas da nossa cidade que estavam a viver uma situação de algum constrangimento em termos de vida comunitária.

Bombeiros Novos. Este é um processo que vem ao longo dos anos também, com muitas pessoas a trabalharem nele, e agora o que foi deliberado pelo executivo permite que o bombeiros novos possam concretizar numa altura em que preparam para comemorar os seus 100 anos possam concretizar um dos seus grandes sonhos que é ter um espaço novo.

Bombeiros Velhos. Há esse problema do quartel, mas culpa é minha do atraso, já me expuseram o assunto, só não vi ainda o processo, mas vou vê-lo porque sei que é muito grave e que é um problema que se arrasta há muitos anos sem solução.

Estaleiros de São Jacinto. O problema é que nós não queremos outra EPA ali. E a situação é gravíssima no que se passa nos Estaleiros. Por isso tomámos a iniciativa de convidar todos os envolvidos naquele processo e são muitos, para uma primeira reunião. Trocámos impressões. Fizemos ver-lhe o nosso ponto de vista, procurámos sensibilizá-los para isto; correu bem. Depois houve uma segunda reunião já, nessa segunda reunião houve um acordo verbal com todos os participantes envolvidos e um deles ficou de elaborar um documento, para ser assinados por todos, onde manifestam a sua posição e que a posição da Câmara foi esta em relação a eles. Nós não avançaremos se da vossa parte, com todos os interesses misturados que aí estão, se não houver um documento que sintetize, que traduza, as vossas posições. Aguardamos que chegue este documento para o processo poder avançar.

Quanto aos outros processos de São Jacinto eu não os conhecia, acerca de oito dias já os pedi para os poder analisar. Há ali muita coisa parada que eu penso que poderia avançar.

Senhor Silvestre, permita-me dizer: esta questão dos limites é uma questão difícil e por vezes dolorosa. Este é um processo, deixem-me dizer aqui, onde não pode entrar a razão. Na origem de todas as guerras e divisões está sempre a razão. “Eu tenho a razão” e a partir daqui mantêm-se as posições. Outro tem a sua razão e mantém a sua posição, e temos a “razão” a começar uma guerra. O que tem de haver é diálogo o que tem de haver é bom senso porque estamos perante uma realidade nova. Quando as delimitações foram definidas, nomeadamente a Glória e Aradas, não existia nem sequer a linha de caminho-de-ferro. Não existia a N109, não existia a A25, não existia a A17, esta é a nova realidade que temos. Acho que é uma exigência e numa reunião já que tivemos com os senhores Presidentes de Junta colocámos essa questão. Acho que é um imperativo categórico que deve ter cada um de nós, cada presidente de Junta, é procurar olhar para estas realidades que estão à nossa frente e ver se é possível delimitar novas fronteiras que se ajustem a novas realidades. Ainda há pouco o senhor Fernando dizia: antigamente havia uma vala que ia por lá, mas agora já não há vala. Agora a vala desapareceu. Temos de ter a força e a coragem de num espírito de bom-senso e de diálogo olhar para o novo quadro que temos à frente. Nós fornecemos a todas as Juntas as mapas, dizendo o seguinte: olhem para a vossa freguesia, olhem para as freguesias envolventes, e vejam se fazem acertos. O caso de Eixo tem lá um caso com Oliveirinha, que resulta agora com a A17, aquilo se calhar é só trocar um com o outro e ficam com limite a A17. No fundo o pedido é este: é que acima de tudo, nestes processos, haja um máximo de bom-senso. Porque nestes processos esta é a única forma de nós os resolvermos e de nós nos entendermos.

O Dr. Miguel Fernandes diz que não tem encontrado eco nas questões que tem colocado em relação a São Jacinto. Tem. Tem tido eco e da forma mais elevada e mais digna — através da comunicação escrita. Mas acima de tudo saudar também o empenho que tem tido na defesa e intransigente que tem feito de São Jacinto e dizer que temos procurado estar à altura dessa defesa que tem feito dessa comunidade.

O Senhor Fernando fez referência ao quartel do Parque — obrigado pela referência que fez. Aqui também dizer, porque estas coisas não se resolviam, se não tivéssemos encontrado, aqui neste caso, na Direcção Geral das Infra-estruturas Militares, a abertura e o diálogo que permitiram a sua resolução e chegarmos a um entendimento. Obrigado também pelas reflexões que nos trouxe.

Senhor Manuel Prior, obrigado também pelo que nos disse e por este esforço que estamos todos a fazer, para criar um concelho mais próximo e mais solidário.

Prof. Manuel António, obrigado pela reflexão que nos fez. O relatório da IGF já está respondido.

Dívidas às freguesias. Eu agradeço muito a análise histórica que aqui fez sobre as dívidas às Juntas. Mas... nós consideramos a situação grave. Independentemente do valor, seja qual for o valor, enquanto nós devermos um cêntimo às Juntas a situação é grave. As Juntas desenvolvem um trabalho notável. Eu falo com conhecimento de causa. E nós não as temos tratado como gostaríamos de tratar a este nível financeiro. Eu, naturalmente, porque também já estive aí, peço a todos, porque sofri isso, mas quero deixar a certeza de que tudo faremos para que esta situação se venha a minorar e se venha a ultrapassar. Eu acredito que a situação no próximo ano vá melhorar grandemente, e isso é a nossa obrigação, por respeito a esses grandes heróis e essa heroínas que são as Juntas de Freguesia. Muito obrigado.”

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa em Exercício [45](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [46](#)

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa em Exercício deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Setembro, informando que a próxima reunião será no dia 08 de Outubro (2.ª feira) pelas 20:00 horas. [47](#)

Eram 00:45 horas do dia 02 de Outubro de 2007.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:15)